

AS PEQUENAS CIDADES DA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: UM ESTUDO SOBRE A CIDADE DE CARACARAÍ/RR

The Small Cities Of The Northern Amazon: A Study About The City Of Caracará-RR

Las pequeñas ciudades de la Amazonia Norte: un estudio sobre la ciudad de Caracará /RR

Talita Alves da Silva
Universidade Federal de Roraima
talitauerr@gmail.com

Artur Rosa Filho
Universidade Federal de Roraima
artur.filho@ufr.br

Resumo

A presente pesquisa se propôs a analisar o crescimento temporal da malha urbana de Caracará-RR. A preocupação em realizar essa análise se deve ao fato de Caracará se enquadrar na classificação das pequenas cidades, e, ao mesmo tempo, ser um palco interessante para as investigações sobre o urbano. O estudo iniciou-se, primeiramente, com pesquisa bibliográfica; posteriormente houve a pesquisa documental e a observação do objeto de estudo. A previsão das ações para cada uma dessas fases buscava responder aos objetivos específicos: traçar uma periodização dos agentes produtores de seu espaço urbano, considerando os eventos de cada período de sua Geo-história, e mapear o processo de expansão urbana da cidade. Os resultados demonstram que a expansão urbana da cidade tem como marco inicial a década de 1970, quando esse espaço recebeu um plano de urbanização. Considerando os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos, houve e ainda há a presença de alguns desses agentes na cidade, tendo estes interferência na modelagem de seu espaço urbano. Espera-se que as discussões retratadas nesta pesquisa possam contribuir para a relevância das discussões sobre pequenas cidades, bem como suas dinâmicas urbanas e sua importância no cenário da rede urbana brasileira.

Palavras-chave: Dinâmica urbana; Agentes produtores; expansão urbana.

Abstract

The present research aimed to analyze the temporal growth of the urban grid of Caracará-RR. The concern in analyzing the urban dynamics of the city is due to the fact that it falls under the classification of small cities, and, at the same time, be an interesting stage for investigations on the urban. The study was first started with bibliographic research; later there was documentary research and observation of the study object. The accomplishment of these phases sought as specific objectives: to draw a timeline of the producing agents of its urban space, considering the events of each period of its Geo-History and; to map the city's urban expansion process and. The results show that urban expansion in the city has its starting point at the 1970s, when this space received an urbanization plan. As well as

whereas owners of the means of production, landowners, property developers, the state and socially excluded groups - were and still are present in the city, interfering in the modeling of its urban space. It is expected that the considerations portrayed in this search may contribute to the relevance of small town discussions, as well as their urban dynamics and their importance in the scenario of the Brazilian urban network.

Keywords: Urban dynamics; Producing agents; Urban expansion.

Resumen

La presente investigación tiene como propósito analizar el crecimiento temporal de la malla urbana del municipio de Caracarái - RR, la preocupación en analizar esa análisis se debe al hecho de que Caracarái se encuadra en la clasificación de las pequeñas ciudades y al mismo tiempo ser un escenario interesante en las investigaciones sobre lo urbano, este estudio se inició primeramente como investigación bibliográfica, posteriormente hubo una pesquisa documental del estudio las previsiones de las acciones de cada una de estas fases buscaba responde, mediante la observación se trazaron los objetivos específicos, por otro lado, se buscaba marcar una periodización de los agentes productores de su espacio urbano, considerando los eventos de cada periodo en su historia y finalmente mapear los procesos de expansión urbana de la ciudad antes mencionada. En suma, los resultados obtenidos de la presente investigación demostraron cuándo es espacio recibió un plano de urbanización, y comenzó a planificarse como ciudad, considerando a los propietarios como medios de producción espacial, a los fundadores de la ciudad, como esa historia relatada y los promotores inmobiliarios como ese órgano que prioriza el crecimiento y finalmente el estado y los grupos sociales excluidos, los cuales marcaron una fuerza o presencia en algunos de los agentes modeladores en la ciudad. Es preciso aclarar que, estas interferencias fueron las que modelaron el espacio urbano del municipio. Finalmente, se espera que estas discusiones sean retratadas en esta investigación y que puedan contribuir para la generar las discusiones sobre las pequeñas ciudades y también sus dinámicas urbanas y su importancia en el escenario de la red urbana brasileña.

Palabras claves: Dinámica Urbana, Agente Productores; Expansión Urbana.

Introdução

O processo de urbanização das cidades brasileiras começou a se tornar evidente a partir da segunda metade do século XX, sendo notável a grande contribuição da produção do café como base para esse processo. Brito e Souza (2005) destacam que as mudanças decorrentes da urbanização e industrialização brasileira foram percebidas, de forma desigual, nas diversas regiões do país, sendo que estas se concentravam, principalmente, na região sudeste.

Essas desigualdades trouxeram consequências que, de modo geral, ainda são vistas na atualidade, principalmente na análise das estruturas urbanas. Considerando todas as

regiões do país, de fato, hoje a urbanização atingiu uma grande porção do território, mas isso não ocorreu ao mesmo tempo e nas mesmas proporções e formas.

Pensar essas diferenças, de forma regional, permite considerar a questão do processo urbano na Amazônia. Nesse sentido, são vários os motivos que detiveram a atenção do governo na ocupação dessa área, sobre a qual é pertinente destacar o interesse do capital imobiliário, com a possibilidade de agregar espaços em seus negócios, além de “ninho” de produção para exportação (TREVISAN, 2011).

É importante ressaltar que os processos de urbanização dos espaços, no país, contaram com agentes que trabalharam diretamente nesse espaço, dando direcionamentos a essa produção. Nesse contexto, pode-se considerar que os agentes apontados por Corrêa (1989) são: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Segundo o autor, os proprietários dos meios de produção, dentre os quais se destacam os grandes industriais, cumprem relevante papel no consumo do espaço principalmente pela extensão de suas atividades, uma vez que necessitam de espaços estrategicamente localizados, que possibilitem baixo preço e acesso a seu público consumidor, maximizando seus lucros.

Já os proprietários fundiários, ao contrário do primeiro agente, interessam-se pela especulação, pois ela lhes permite agregar maior valor a suas propriedades. Muitas vezes, dependendo do “poder” e “influência” que esse proprietário exerce, pode ser beneficiado pela intervenção do Estado na criação de infraestrutura nos locais em que suas propriedades existem (CORRÊA, 1989).

Para Corrêa (1989) o terceiro agente seria representado pelos promotores imobiliários, que atuam para a efetivação do lucro, focalizando no imóvel já com estrutura física, o que é possível, através do processo que o autor nomeia de incorporação. Esse mesmo processo que vai transformar aquele espaço anterior em mercadoria, definindo seu tamanho, localização e qualidade.

O quarto agente é o Estado, considerado no contexto capitalista, que dispõe de instrumentos que lhe permitem agir, em muitos sentidos, no espaço. Uma dessas formas é a normatização, seu poder refletido em leis e decretos que regulam os processos práticos nesse espaço, além do fato de ele próprio, em alguns casos, ser o industrial, proprietário e promotor imobiliário.

Por fim, o quinto agente tratado por Corrêa (1989), são os grupos sociais excluídos, que não dispõem de renda para comprar uma habitação digna, o que causa, por sua vez, seus fluxos para locais ditos muitas vezes “irregulares” ou “áreas de risco”, dentre esses locais, podem se considerar as favelas. A fixação dessas pessoas nessas áreas de favelas, que representa o papel desse grupo na hora de caracterizar e dar forma ao espaço das cidades. Nesse sentido, uma forma de pensar as consequências decorrentes da urbanização brasileira, juntamente com as ações dos agentes identificados por Corrêa (1989), são as configurações distintas, com consequentes fragmentações e hierarquizações nesses espaços. Isso permite pensar nas constituições de diferentes cidades, que no Brasil se classificam em pequenas, médias e grandes. Dentro desse cenário, versar sobre as cidades pequenas é um tanto desafiador. Na hierarquização, que classifica as cidades e os níveis de urbanizações apresentados por elas, esses pequenos núcleos são os menos atingidos pelo processo de urbanização; por outro lado, são espaços dotados de complexidades nas suas relações de (re) produção.

Os critérios estabelecidos para se definir pequenas cidades não são unânimes. Corrêa (2011) destaca que esse conceito está dotado de controvérsias. O IBGE classifica as cidades conforme o contingente populacional em pequenas, médias e grandes, definindo-se da seguinte maneira: as pequenas cidades como sendo aglomerados populacionais com até 100.000 habitantes; já as com até 500.000 habitantes são nomeadas de cidades médias e, acima de 500.000 habitantes, denominadas de cidades grandes.

É importante destacar que, além de aspectos quantitativos, as características qualitativas são muito importantes para o entendimento das pequenas cidades. Moreira Junior (2014) destaca a importância do entendimento da rede urbana, que permite compreender melhor como se dá a produção urbana no espaço das pequenas cidades. O autor complementa que a cidade, nesse caso, é o resultado de uma produção e também um meio para se produzir algo novo, de acordo com as ações de vários agentes sociais concretos, que podem ser do campo privado, público ou da sociedade civil; suas práticas, segundo ele, ora são coerentes, ora conflituosas.

Corrêa (1999) destaca, ainda, que se nota pouca importância e representação das pequenas cidades nas preocupações e reflexões sobre a temática urbana; ao contrário, os núcleos urbanos das cidades médias e grandes são os que mais recebem atenção devido à complexidade de relações e de resultados decorrentes dessas relações que nelas se apresentam. Por outro lado, também se nota que os pequenos núcleos urbanos no Brasil

estão expressos de forma quantitativamente relevante na estrutura do território nacional, representando boa parte das cidades brasileiras (FERNANDES; ENDLICH, 2011).

Além disso, uma outra forma de tentar entender as pequenas cidades é levar em consideração a região do país na qual ela se localiza. Nesse contexto, é possível pensar as pequenas cidades na região Amazônica. O processo de urbanização da região foi influenciado pelas ações geopolíticas em busca de ocupar o vazio demográfico e suprir demandas do mercado externo.

Nesse contexto, estão os pequenos núcleos urbanos, com muitas peculiaridades, sobre os quais Oliveira (2006), destaca que interpretá-los vai além de tentar encontrar parâmetros lógicos, que muitas vezes não correspondem ao que se busca; o autor afirma que o importante para o entendimento desses núcleos na região é perceber a dimensão simbólica, as culturas amazônicas que teimam em permanecer.

Oliveira (2006) enfatiza que as pequenas cidades, da Amazônia, tiveram suas dinâmicas ligadas à proximidade dos rios e da floresta, mas que há diferenças entre esses núcleos urbanos dentro da região, pois as mudanças ocorridas com a implementação de infraestrutura ocasionaram o surgimento de mais núcleos urbanos, instalados às margens das rodovias.

E foi por meio de implementos de diferentes agentes, na região, que foi possível que suas cidades passassem a cumprir diferentes funções na rede urbana, fazendo com que se notassem mais expressivamente sua heterogeneidade. Nesse sentido, para se falar das diferenciações internas, é necessário que se mencionem as divisões espaciais existentes na região. Numa tentativa de melhor explicar essas diferenças, Trindade Júnior (2013) afirma que, primeiramente, houve a classificação de duas sub-regiões, a Amazônia Oriental e Amazônia Meridional e, posteriormente, o surgimento de uma terceira, embora não muito mencionada, a Amazônia Ocidental.

Nesse contexto, é visível o maior dinamismo funcional na parte oriental em comparação à parte ocidental. Trindade Júnior (2010) aponta que isso ocorre em consequência dos desiguais implementos técnico-científicos. Para o autor, isso “[...] faz com que na Amazônia Oriental a urbanização do território se faça bem mais presente que na Amazônia Ocidental, acompanhando mais de perto o processo de urbanização da sociedade igualmente difundido por toda a região” (TRINDADE JÚNIOR, 2010, p. 121).

Além dessa diferenciação em sub-regiões, é importante mencionar que, após os implementos geopolíticos e a chegada de novas frentes migratórias, vários pequenos núcleos urbanos passaram a ter uma dinâmica e um papel bem específico na rede urbana.

Normalmente, os agentes aí presentes desenvolvem atividades associadas à exploração da madeira, à agricultura moderna e à pecuária, contribuindo para definir uma forte pressão sobre a floresta e seus recursos; prova disso é que um número relativamente significativo desse tipo de pequenos núcleos urbanos faz parte daquilo que se convencionou chamar de arco do desmatamento (TRINDADE JÚNIOR, 2013, p. 103).

Baseando-se nessas temáticas, a presente pesquisa teve por objetivo geral analisar o crescimento temporal da malha urbana de Caracaraí-RR. Buscou-se ainda, como objetivos específicos, traçar uma periodização dos agentes produtores de seu espaço urbano, considerando os eventos de cada período de sua Geo-história e mapear o processo de expansão urbana.

O município de Caracaraí está localizado na região centro-sul do estado de Roraima; o estado, por sua vez, é o mais setentrional do país e conta, atualmente, com 15 municípios, sendo que a maioria se emancipou recentemente, e são considerados como pequenos núcleos urbanos.

Caracaraí tem o início de sua história por volta de 1900, motivado pela posição locacional da área, servindo como entrave (por conta das Corredeiras do Bem-Querer, localizadas no Rio Branco, que impediam a continuidade dos fluxos) para as navegações que se dirigiam de Manaus a Boa Vista do Rio Branco. Sua emancipação deu-se em 1955, sendo, cronologicamente, a segunda no Estado, atrás somente da capital, Boa Vista.

A cidade passou por distintos períodos evolutivos; um exemplo disso foi sua perda, na representação, de importância para o estado. Antes da construção da BR-174, tinha uma posição estratégica muito importante, que se modificou após a construção da BR na década de 1970, fazendo com que o porto de Caracaraí não fosse mais passagem obrigatória, para as pessoas e mercadorias, que entravam e saíam do estado. Isso ficou ainda mais explícito com a pavimentação da BR-174 na década de 1990. A partir dessa pavimentação, a BR passou a ser a principal rota de acesso ao estado e às suas cidades, pondo o porto de Caracaraí em lugar de menor importância. Esses acontecimentos interferiram, diretamente, nos processos urbanos vivenciados.

Com base nos objetivos pretende-se pôr em discussão a referida cidade, no contexto da Amazônia Setentrional, apontando os agentes que atuaram no decorrer de sua história, e

como isso interferiu na (re) produção de seu espaço urbano, buscando esclarecer melhor as atuais configurações desenhadas na estrutura física da cidade.

Apresenta-se, ainda, como justificativa para essa pesquisa, o fato de os seus autores terem interesses nos estudos urbanos das pequenas cidades da Amazônia, e essa cidade, pode ser um parâmetro para o entendimento dos pequenos núcleos da região, além de sua importância histórica para a compreensão do processo de desenvolvimento urbano do estado de Roraima.

Metodologia

A pesquisa se dividiu em fases, sendo a primeira fase dedicada à pesquisa e revisão bibliográfica. A segunda fase se constituiu com a pesquisa documental, observando-se que, dentre os documentos investigados, estão decretos de criação dos bairros de Caracaráí. Para isso, foi necessário visitar a Prefeitura Municipal e a Câmara dos Vereadores. Posteriormente, houve a observação do objeto de estudo, buscando levantar aspectos da realidade de vivência dos moradores e falta de infraestrutura. Pelo fato de residir na cidade, essa observação visou um olhar mais científico, que superasse o senso comum. Destaca-se que essa fase ocorreu em abril de 2018. No total foram 4 dias de observação em todos os bairros de Caracaráí, que contou também com registros fotográficos e conversas com a população.

Na primeira observação de campo, realizada em 10 de abril de 2018 houve o reconhecimento dos bairros: Nossa Senhora do Livramento, São José Operário, Centro, Santa Luzia, São Francisco, Santo Antônio e Distrito Industrial, devido o seu crescimento rápido e sua forma urbana. Posteriormente, foram realizadas mais duas observações de campo em 17 e 24 de abril de 2018; nestas, observou-se os serviços públicos básicos oferecidos a população, como escolas, bancos, hospital e postos de saúde. Essas informações permitiram a descrição dos bairros, a qual é apresentada nos resultados da pesquisa.

Ainda nos dias 17 e 24 de abril foram realizados voos com o drone (modelo Dji Phantom 4), com o intuito de produzir material icnográfico para a pesquisa; com isso, foram feitos 10 voos que captaram as imagens de todos os bairros de Caracaráí, bem como os limites de sua malha urbana. As imagens decorrentes destas ações encontram-se nos resultados do artigo.

No dia 30 de abril foi feita a última observação de campo, onde por meio das anotações decorrentes das observações anteriores fez-se uma análise dos bairros que apresentavam melhores serviços públicos prestados e aqueles que apresentavam piores serviços. Esse momento permitiu aos pesquisadores a reflexão da relação entre as realidades observadas e o arcabouço teórico acerca das características das pequenas cidades.

A partir de consultas à Prefeitura Municipal, foi possível verificar documentos sobre a legalização dos bairros na cidade e de desenhos de sua malha urbana; a partir disso, fez-se a reprodução (pelo programa CorelDRAW X7) dessas informações que são apresentadas na representação dos croquis e mapa de evolução urbana de Caracaraí. Nesse sentido, o mapa de evolução urbana da cidade, elaborado a partir de plantas cartográficas (croquis), disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Caracaraí, foi realizado em ambiente de informações geográficas (SIG) por meio de Programa Arcmap versão 10.3, para isso ainda se utilizou como auxílio a imagem do satélite Sentinel 2A sensor (MSI), com resolução espacial de 10 metros que data de 03/10/2018.

Esse mapa apresenta as mudanças que aconteceram no período temporal estipulado, na malha urbana da cidade, possibilitando o entendimento de onde iniciou sua mancha urbana, com destaque para a localização as margens do Rio Branco, e seu prosseguimento, em sentido norte e oeste de Caracaraí. Para a realização das ações previstas nas fases anteriormente relatadas, fez-se necessária a utilização dos seguintes materiais: câmera digital para registros fotográficos, imagens de satélite e drone.

Resultados e discussão

Roraima possui 15 municípios e, dentre eles, o município de Caracaraí, cujo nome remete a um pequeno gavião que vive na região centro-sul do Estado. Caracaraí é conhecido como Cidade Porto, por ter servido no passado para embarque e desembarque de gado e outros produtos que abasteciam o estado, vindos de Manaus/AM.

Sua sede é uma cidade relativamente pequena que surgiu como local de descanso de condutores de gado, fato motivado pela posição geográfica da área, a qual se encontra às margens do Rio Branco. Criado em 27 de maio de 1955, pela Lei N° 2.495, é atualmente, cortado pela BR-174 que liga Manaus/AM a Boa Vista/RR e à República Bolivariana da Venezuela (SEPLAN, 2010).

Segundo o IBGE (2010) sua população era de 18.398 habitantes; destes, a população urbana representava 59% da população total, enquanto a população rural era de 41%. A

projeção demográfica para 2021 era de 22.635 habitantes. A Figura 1 traz a localização do município de Caracará e também sua malha urbana.

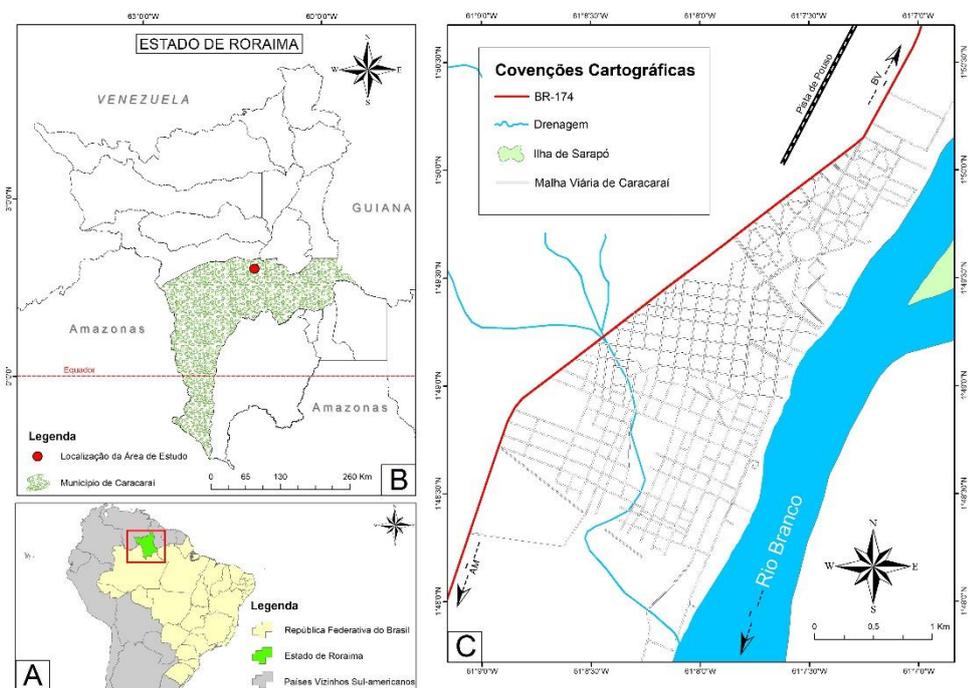


Figura 1 – Localização de Caracará no estado de Roraima e sua malha urbana. Fonte: PMC, 2018.

Para a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima (SEPLAN, 2010), as principais atividades econômicas apresentadas pela cidade são: a pesca, algumas atividades da agricultura e o serviço público, sendo este último o que predomina na economia local. Possui ainda uma base da Petrobrás, que tem um importante fluxo de caminhões-pipas no transporte de combustível para outras regiões do estado. A rodovia federal BR-174 é a principal, de acesso para o estado do Amazonas e para a Venezuela. É ela que corta o município de Caracará, e através dela entram e saem produtos do município (SEPLAN, 2010).

Silva (2007) ressalta que foi por volta de 1900 que as primeiras residências foram erguidas nessa localidade, por vaqueiros empregados do Coronel Bento Ferreira Marques Brasil, que era o dono das terras. Até aquele momento os habitantes da região eram os índios Paraviana, que dominavam as margens do Rio Branco.

Souza (2017) destaca que se pode afirmar a existência de Caracará bem antes do ano de 1915, mas que sua legalização como distrito só ocorreu em 1938. Isto é ratificado quando

o IBGE (2016) destacou que foi criado o distrito de Caracaráí, pelo Decreto-lei estadual n.º 176, de 01-12-1938, subordinado ao município de Boa Vista.

Quando da instituição do Território Federal do Rio Branco (1943), já existiam na região os núcleos geográficos de Santa Maria do Boiaçu, Rio Xeruíni, Foz do Rio Catrimani, São José do Anauá, Vista Alegre e Caracaráí, que se destacava sobre as demais (SOUZA, 2017). Segundo a autora, a partir de 1954, começaram a crescer o porto e o povoado de Caracaráí, que passou a ser considerado o segundo povoado mais desenvolvido, atrás somente de Boa Vista.

O povoado foi elevado à categoria de município, com a denominação de Caracaráí, pela Lei Federal n.º 2.495, de 27-05-1955, desmembrado do município de Boa Vista. Sua sede passou a ser localizada no antigo distrito de Caracaráí que era constituída de 3 distritos: Caracaráí, Boiaçu (ex-Catrimani) e São José de Anauá, tendo esses distritos sido instalados em 21-01-1956 (IBGE, 2016).

Veras (2013) ressalta que a expansão urbana de Caracaráí se deu de forma linear acompanhando os limites do Rio Branco. Esse mesmo padrão de expansão abrangeu mais espaços da cidade, conforme as evoluções infraestruturais oferecidas no decorrer do tempo. No período militar, mais precisamente na década de 1970, esse espaço recebeu a construção da BR-210 e o plano que buscava instalar a “modernização de Caracaráí”. As obras de modernização tiveram início no ano de 1974 e ocasionaram um movimento considerável para essa área (SOUZA, 2017).

Pode-se afirmar que as ações para o município, principalmente, no período militar, trouxeram muitas mudanças, em diversos aspectos, dentre os quais suas características urbanas. Os resultados dessas ações se expressam nas realidades vivenciadas atualmente nesse espaço, principalmente quando são observadas as formas urbanas nele presentes; nesse sentido, em 1973 entrou em vigor o Plano de Urbanização de Caracaráí; o local abrangido por ele corresponde hoje aos bairros Santa Luzia, São Francisco e parte do Centro. Esse mesmo local pertencia a fazendeiros que foram indenizados pelo governo. O que antes servia como o campo do gado deu lugar a bairros planejados, que muitos chamaram na época de “moderníssimos” implementos urbanos (SOUZA, 2017).

Desta forma, é possível notar a presença do Estado como influenciador do início de processo urbano que, através de programas direcionou um movimento demográfico e econômico para essa região, interferindo diretamente na (re) produção do seu espaço urbano.

Além do Estado, cabe mencionar outro agente, que já atuava em Caracarái nessa época. Eram os proprietários fundiários, donos das terras que foram englobadas e utilizadas durante o processo de expansão urbana. Ainda, sobre as ações de modernização, Souza (2017) informa que as divisões do espaço correspondiam a figuras geométricas de módulos oitavados, em que, segundo a autora: “Cada módulo oitavado se trata de uma figura geométrica chamada de octógono, um formato novo de subdivisão de ruas, pois dentro de cada módulo divide-se ao meio na diagonal e vertical para a montagem de Ruas” (SOUZA, 2017, p. 50), conforme Figura 2.

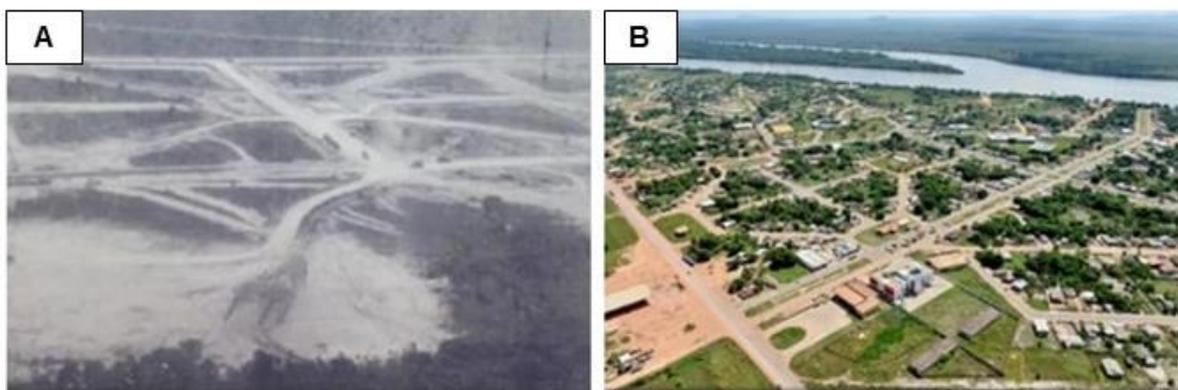


Figura 2 – Vista aérea do projeto executado em 1974 dos módulos oitavados (A) e vista aérea dos módulos oitavados em 2016 (B). Fonte: Acervo profissional de Macêdo, 2016 e Souza, 2017.

Na Figura 2 (B) é ainda notável a representação dos módulos oitavados planejados para essa parte da cidade. Dentro desse projeto constava ainda a construção de hospital, quartel, escola, cinema, matadouro, escritório e praça do Centro Cívico (SOUZA, 2017). A autora destaca:

No total somaram-se 7 módulos oitavados divididos em 4 quadras cada, 7 módulos pela metade, devido aos limites urbanos com o rio, BR-174 e AV. Trazendo um total de 38 quadras com o formato de pentágono, 1 com o formato octógono, 18 em formato de retângulo, 2 em formato de triângulo, 1 em formato de pentágono e 2 em formato de trapézio (SOUZA, 2017, p. 51).

Com essa afirmação de Souza (2017), é possível identificar outro agente que atuou, durante o plano de urbanização no espaço caracaráiense, sendo este os proprietários dos meios de produção, donos das empresas que receberam a missão de construir estruturas urbanas nesse espaço.

A prática desse plano, além de mudar as características paisagísticas da cidade, trouxe ainda um movimento de trabalhadores na busca de empregos, em razão da qual muitos permaneceram após o término das obras. As mudanças físicas, por sua vez, foram bem

expressivas, conforme pode ser observado na comparação da Figura 2 (A e B). Esse período trouxe muitas mudanças para a cidade, possibilitando a implantação de serviços (como água, luz, escolas, creches). Com isso, teve início a criação de estruturas e equipamentos urbanos básicos que atendessem as pessoas que migravam para a cidade. Nesse sentido, a Lei 23 de 1972 delimitou o perímetro urbano de Caracará, onde através de sua espacialização na figura 3, percebe-se, o início de ocupação da cidade, que se encontrava nas proximidades do Rio Branco.

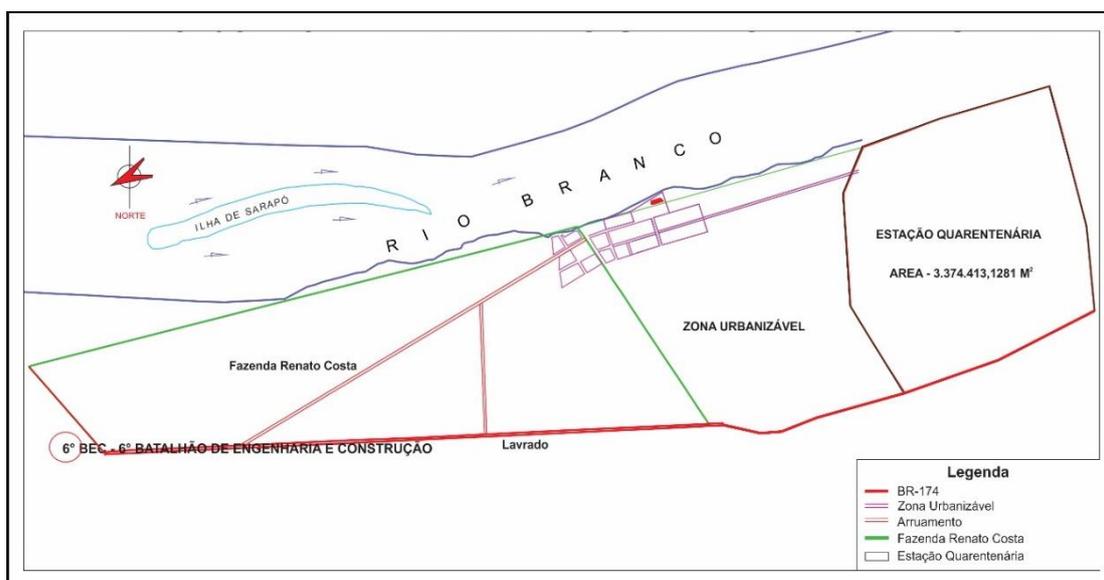


Figura 3 – Delimitação do perímetro urbano de Caracará e início de ocupação em 1972. Fonte: PMC, 2016.

Essa configuração passou por mudanças quando o município recebeu um processo de modernização urbana entre os anos de 1974-1979. Nesse contexto, em que Souza (2017) afirma ser marcado pela redemocratização do país, após 21 anos em regime militar, o então prefeito de Caracará, Agripino Pereira de Araújo, por meio do Decreto municipal 188/95, de 30 de dezembro de 1985, autoriza a criação de bairros no município, o que possibilitou a constituição do setor 01 e 02 da cidade, conforme representado na (Figura 4).

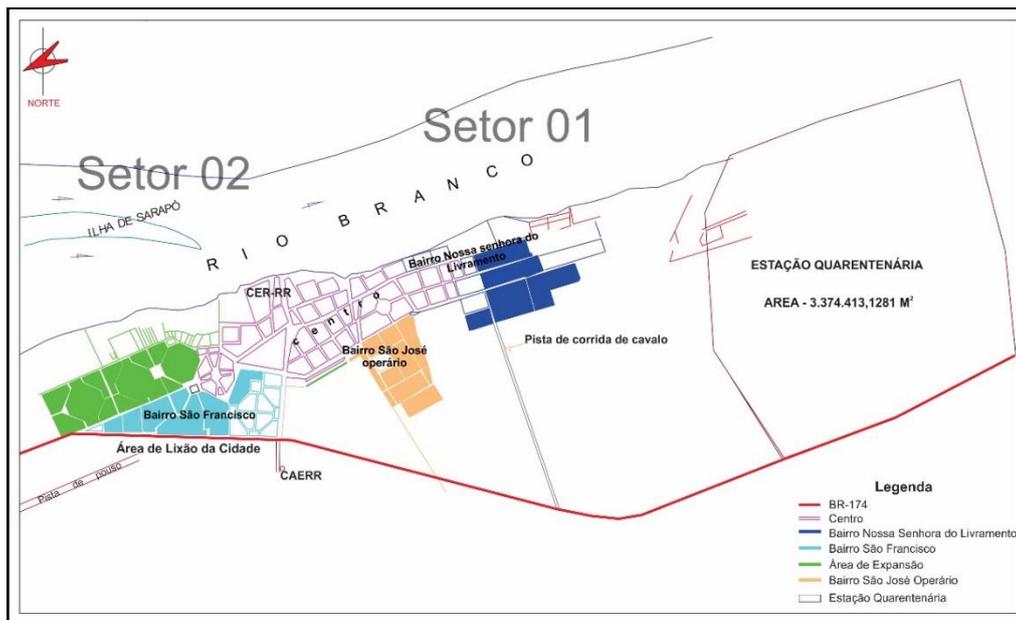


Figura 4 – Espacialização dos primeiros Bairros e formação do Setor 01 e 02 em 1985. Fonte: PMC, 2016.

Na Figura 4, é possível observar a presença de bairros na cidade; o setor 01, por exemplo, é formado pelos bairros São José Operário e Nossa Senhora do Livramento. Ressalta-se que esse setor abrange o início de ocupação de Caracarái apresentado na Figura 3. Desta forma, percebe-se também que, do ponto de início de ocupação da cidade, ela cresceu sentido norte e deu origem ao setor 02 de Caracarái; este, por sua vez, compreendendo o bairro São Francisco. É importante mencionar que no setor 02 estão as quadras construídas no plano de urbanização dessa área, implementado a partir de 1974. Com isso, o setor 02 da cidade de Caracarái é a área planejada durante as ações do regime militar. Atualmente, essa parte da cidade é a que concentra os serviços prestados à população, como os bancos, o hospital, e outros órgãos do governo, como o TRE (Tribunal Regional Eleitoral), o Fórum, Polícia Militar e outros.

Essa configuração perdurou até o ano de 1996 quando, então foi criado o Conjunto Habitacional São Jorge, expandindo a malha urbana de Caracarái, conforme pode ser visto na Figura 5.

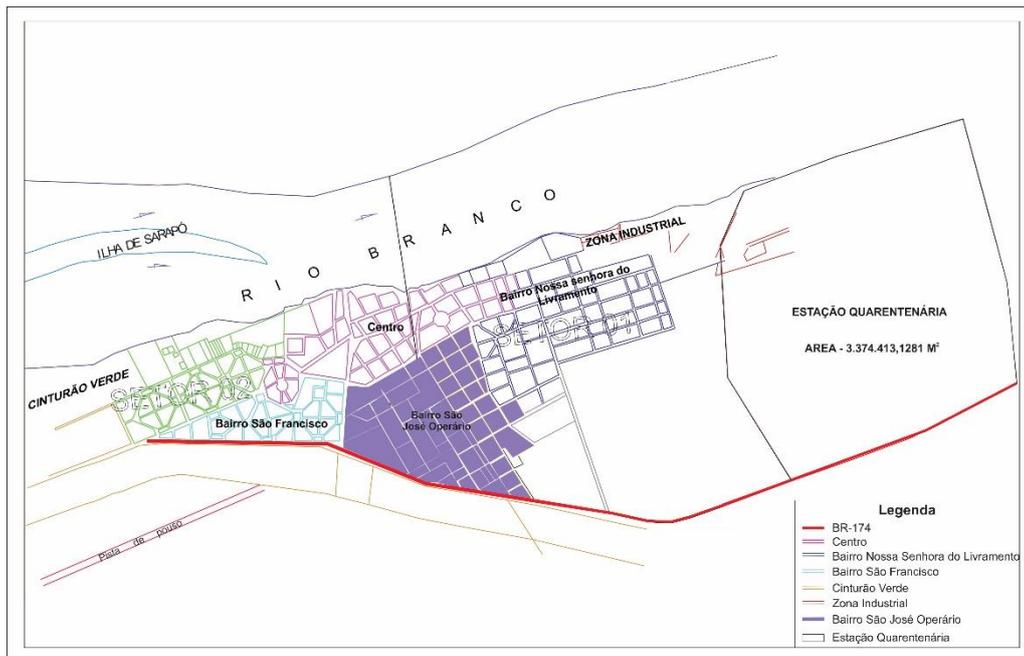


Figura 5 – Representação da Zona de Expansão urbana em 1996. Fonte: PMC, 2016.

Na Figura 5 é possível observar a malha urbana da cidade, após a criação do conjunto habitacional, que surgiu no sentido oeste da região, limitando-se com a BR-174, e que para a Prefeitura Municipal de Caracará é uma área de expansão urbana do bairro São José Operário.

No ano de 2012 houve a criação de mais um setor em Caracará. O então prefeito Antônio Eduardo Filho, pela Lei 539, autorizou a criação do bairro Santo Antônio, e, por conseguinte, o setor 03 na cidade, conforme demonstra a espacialização na (Figura 6).

O bairro Santo Antônio e o setor 03, assim como o conjunto São Jorge, estão localizados no sentido oeste, limitando-se também com a BR-174. Sobre este, Souza (2017) observa que surgiu de uma área de invasão, onde já ocorriam diversos conflitos pela posse dessas terras.

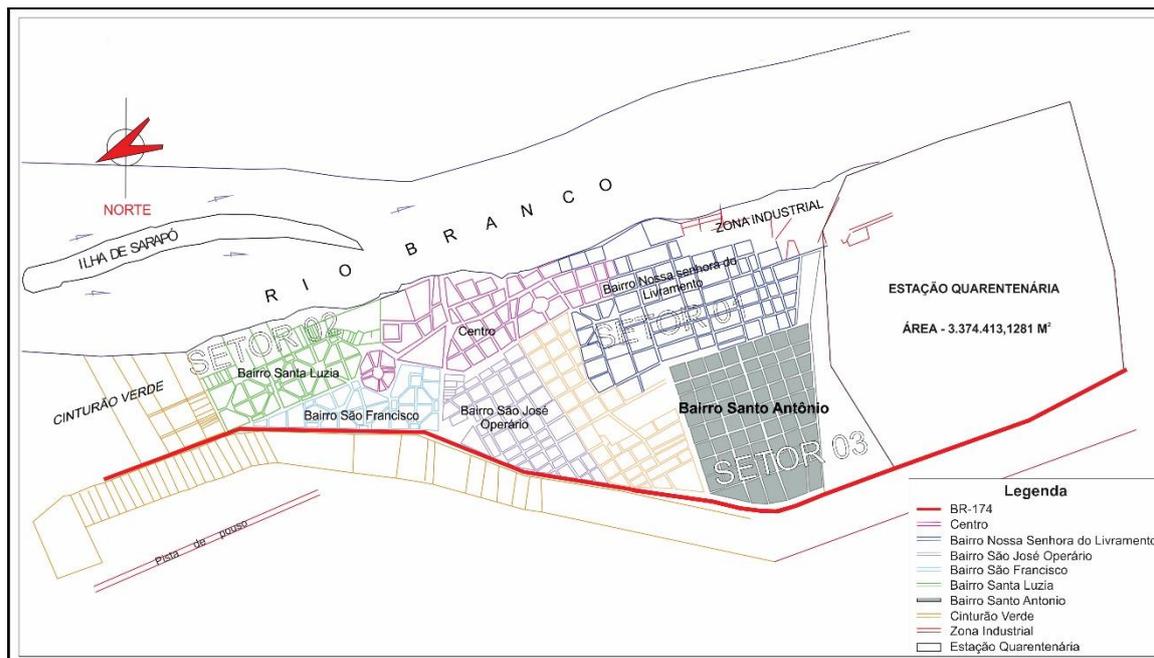


Figura 6 - Espacialização do Bairro Santo Antônio e Setor 03 em 2012. Fonte: PMC, 2016.

A ocupação desse bairro é um exemplo da expansão do urbano na cidade. Nesse caso, identificou-se como agente presente neste espaço, os grupos sociais excluídos, aqueles que não têm renda para comprar um espaço digno e dotado de serviços que supram as suas necessidades básicas dentro da cidade. Sobre a legalização do bairro, sabe-se que no processo “[...] foram doados mais de 850 lotes, e 6 quadras foram destinadas a casas habitacionais e institucionais. Sendo assim, a maior doação de lotes já registrada na cidade de Caracará em um só dia” (SOUZA, 2017, p. 60).

Diante disso, apesar da legalização e reconhecimento por parte da Prefeitura, ainda é notável as dificuldades básicas de atendimento aos moradores, cabendo destacar que no período de observação em campo, este espaço sofria com deficiência de estrutura e serviços como falta de pavimentação das ruas, coleta de lixo e unidade educacional. E mesmo com essa realidade, muitas pessoas que não têm outro lugar para se instalar ocupam esse espaço, convivendo com sua precariedade.

Tendo sido instalado esse setor no ano de 2012, o desenho da malha urbana de Caracará permanece atualmente muito semelhante ao que foi definido após essa instalação. A mudança que caracteriza o desenho atual da cidade é a definição do setor 04, conforme espacializado na Figura 7.

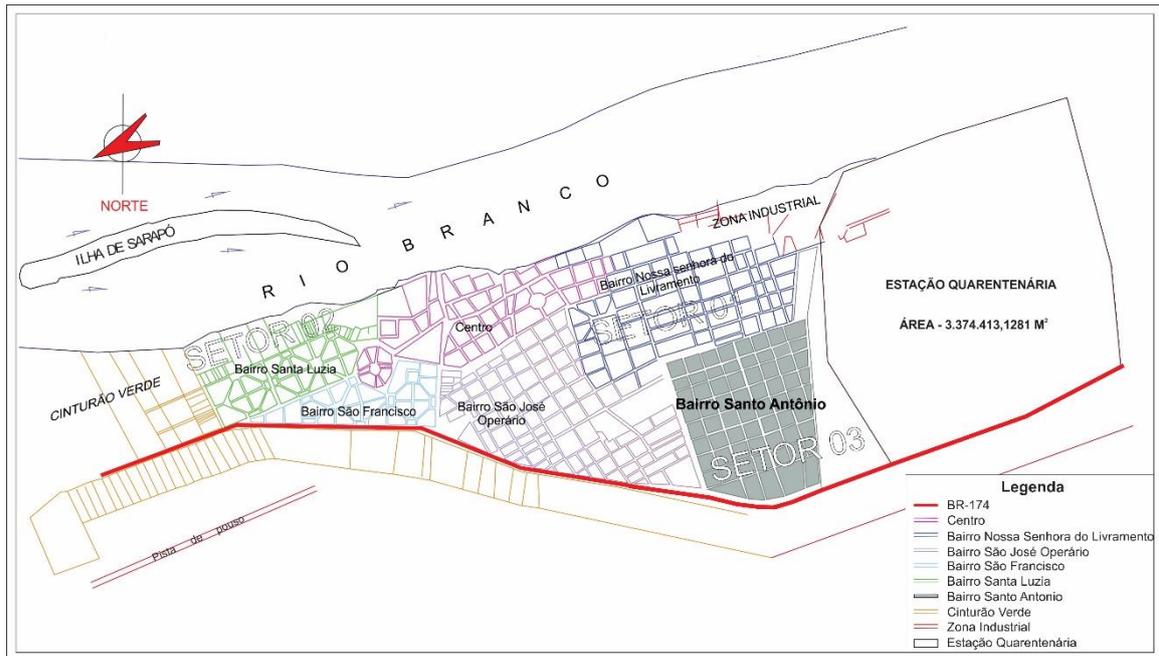


Figura 7 – Representação da Malha urbana de Caracará em 2015. Fonte: PMC, 2015.

Desta forma, para a Prefeitura de Caracará, é possível identificar a presença de sete bairros na cidade, sendo estes: Nossa Senhora do Livramento, São José Operário, São Francisco, Santa Luzia, Centro e Santo Antônio, além do Distrito Industrial. E parte desses bairros podem ser vistos nas figuras 8 e 9 a seguir.



Figura 8 – Vista parcial: Bairro Nossa Senhora do Livramento (A), São José Operário (B) e Centro (C). Foto: Lopes, 2018.

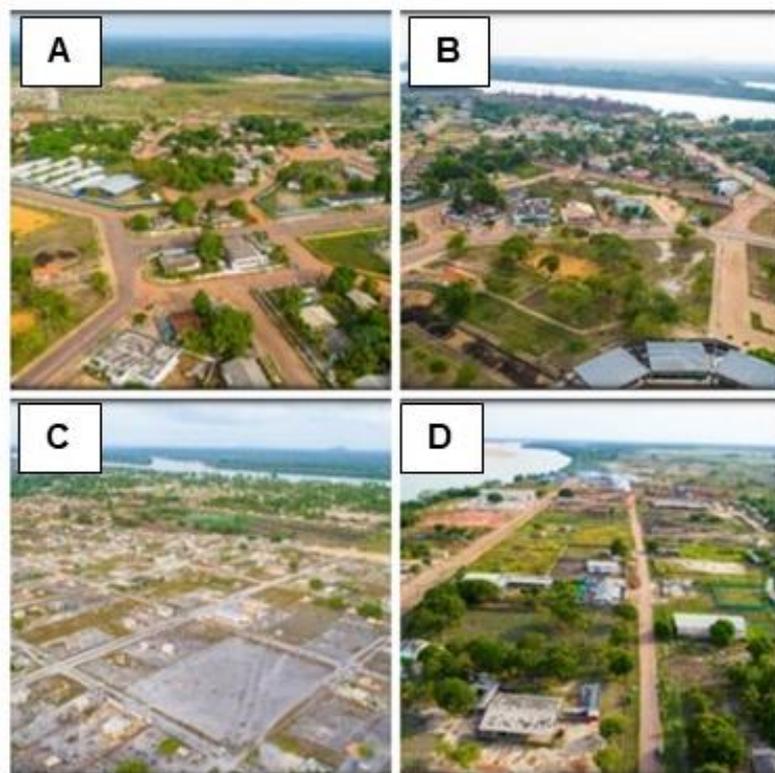


Figura 9 – Vista parcial: Bairro São Francisco (A), Santa Luzia (B), Santo Antônio (C) e Distrito Industrial (D). Foto: Lopes, 2018.

Sobre os bairros, os apresentados na Figura 8 (A e B), Nossa Senhora do Livramento e São José Operário, respectivamente, estão localizados no setor 01 da cidade de Caracará. São dois bairros com extensão territorial relativamente notável e contingente demográfico relevante dentro da malha urbana da cidade. O bairro (C) é o Centro de Caracará, área na qual teve início a formação de seu espaço urbano. Este tem atualmente, como característica principal, as atividades econômicas apresentadas pela cidade; cabe observar que parte do Centro está no setor 01, e parte no setor 2 da malha urbana.

Os bairros São Francisco e Santa Luzia, que estão apresentados na Figura 9 (A e B) respectivamente, estão dentro das quadras que foram construídas durante o plano de urbanização implementado em Caracará na década de 1970. Estão também dentro do setor 2 da malha urbana da cidade.

Ainda na figura 9 está representado o bairro Santo Antônio (C), este, por sua vez encontra-se no setor 3 da malha urbana e está em pleno processo de urbanização, sendo importante destacar também que, em relação aos outros bairros da cidade, é o mais segregado socioespacialmente de Caracará. Já a Zona Industrial (D) localiza-se no setor 4, tendo

como principais características a baixa densidade demográfica e a presença de algumas atividades industriais.

Diante do que foi apresentado, sobre a expansão urbana da cidade de Caracaraí, tomando como base as leis de criação de seus bairros, é possível apresentar o seguinte mapa de expansão urbana (Figura 10) que demonstra de onde a cidade surgiu e como cresceu em pouco mais de 40 anos.

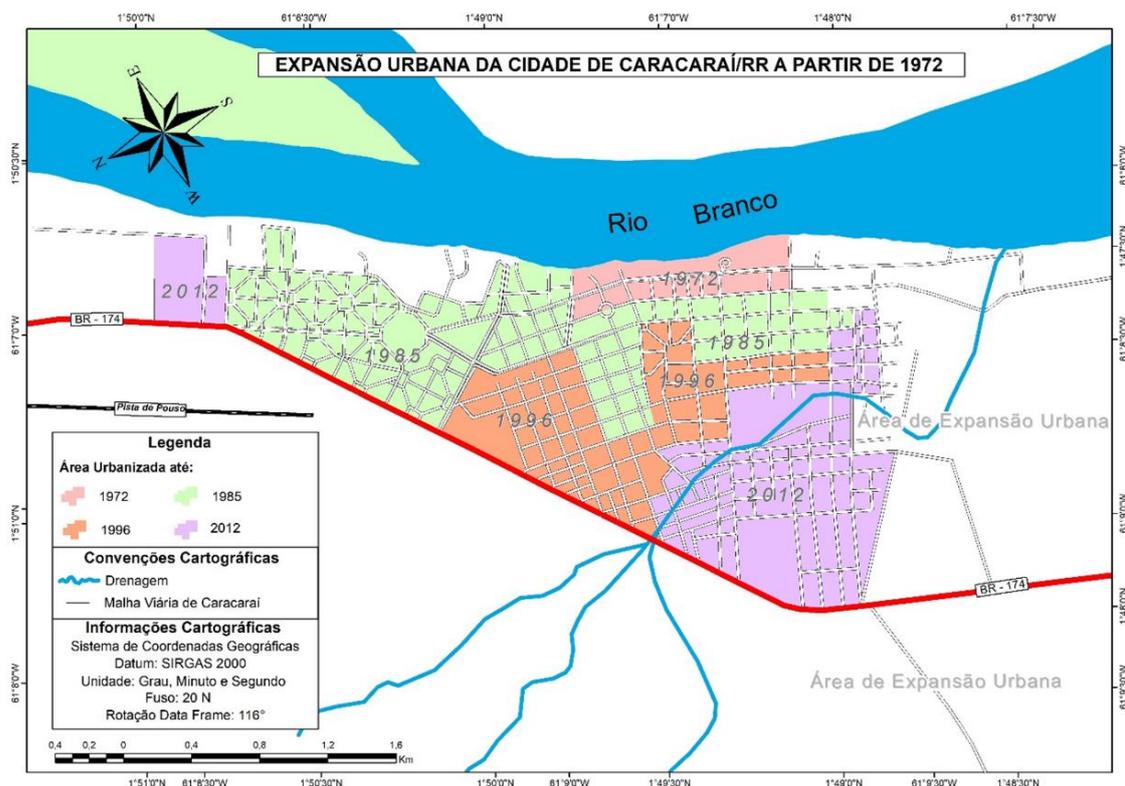


Figura 10 – Mapa de Expansão Urbana de Caracaraí a partir de 1972. Fonte: PMC, 1972, 1985, 1996, 2012 e 2015.

Na figura 10, é possível notar a malha de crescimento urbano da cidade de Caracaraí a partir de 1972. Conforme pode ser observado, seu início ocorreu nos limites do Rio Branco e foi se estendendo inicialmente no sentido norte e oeste da malha urbana. Também é possível constatar que, a partir de 1996, o sentido oeste é relativamente o que mais se expandiu na cidade, sendo exemplos claros a expansão do bairro São José Operário e a criação do bairro Santo Antônio.

Verifica-se, através desta breve investigação, um pouco sobre o histórico de formação do espaço urbano de Caracaraí. Diante do exposto, é possível identificar, na história e na atual realidade de Caracaraí, a presença de alguns dos agentes que Roberto Lobato Corrêa

(1989) classifica no seu estudo sobre o espaço urbano. Entendendo as atuações desses agentes, é possível compreender melhor os processos do passado e do presente e suas devidas relações com as configurações atuais apresentadas pela cidade.

Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o crescimento, no tempo, da malha urbana de Caracarái-RR, uma pequena cidade da Amazônia Setentrional. As pequenas cidades são espaços de enormes complexidades, e que nos últimos anos têm ganhado relevância nos estudos sobre o urbano no Brasil. A complexidade apontada nesses pequenos núcleos pode ser percebida, quando se consideram as distintas pequenas cidades espalhadas pelo país.

As pequenas cidades não podem passar despercebidas. Elas ocupam uma grande importância e vêm se consolidando no cenário urbano brasileiro. Essa importância ganhou destaque no XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, realizado de forma remota, com o GT “Pequenas Cidades e as Articulações Urbano-Regionais no Contexto da Reestruturação Urbana. Destaca-se no Brasil, o número expressivo de pequenas cidades, porém, a qualidade de vida de seus habitantes e as oportunidades de desenvolvimento econômico dessas cidades precisam ser destacados.

Um grande estudioso das pequenas cidades da Amazônia, o professor José Aldemir de Oliveira afirmou que é preciso falar das pequenas cidades amazônicas para compreender a Amazônia, não porque são importantes do ponto de vista econômico e político, mas porque são lugares em que pulsam modos de vida que diferem significativamente do padrão caracterizado como urbano e predominante em outras regiões do Brasil.

Caracarái, nasceu ribeirinha, porém hoje, é uma pequena cidade de terra firme, mas ainda possui uma relação forte com o Rio Branco. É a segunda cidade mais antiga do estado, tendo em seu surgimento uma ligação muito forte com o Rio Branco, e que após a sua emancipação no ano de 1955, passou por alguns períodos de crescimento urbano. Esses períodos foram marcados pela presença de distintos agentes e interesses na reprodução do espaço, e que justifica muitos aspectos observados atualmente nesta cidade. Um exemplo prático da atuação dos agentes nesse espaço foi a implementação do Plano de Urbanização na cidade, no período militar, mais precisamente entre os anos de 1974-1979, na tentativa de transformá-la em um espaço moderno aos olhares externos.

Ainda sobre essas atuações, é importante destacar um outro fenômeno que marcou a dinâmica urbana de Caracaraí: a construção e posterior pavimentação da BR-174, que interferiu diretamente no processo de desenvolvimento da cidade. Antes dessa construção, a cidade era um importante componente da dinâmica econômica de todo o estado, por conta do porto que servia como entrave para as mercadorias que se direcionavam ao estado. Após essa mudança, a BR-174 passou a ser o principal meio de rota dessas mercadorias.

Os resultados de todos os processos que atuaram e ainda atuam na cidade, apontam para uma sociedade que apresenta diversas características condizentes com a de pequenos núcleos urbanos; dentre as quais: a dependência do município de repasses do governo estadual e federal para o cumprimento de suas obrigações fiscais, a grande maioria da população dependente dos serviços públicos para seus sustentos, além da dependência de serviços a capital do estado, Boa Vista.

Além destas similaridades do espaço com o de pequenos núcleos urbanos, ainda foi possível constatar características mais específicas na cidade, por meio da pesquisa aplicada. Nesse sentido, apurou-se que a cidade conta na atualidade com sete bairros, sendo que dois deles têm em seu desenho físico as configurações decorrentes do plano de urbanização implantado nesse espaço. Ainda foi possível levantar que o último bairro instituído em Caracaraí, no ano de 2012, apresenta-se atualmente como o mais segregado social e espacialmente na cidade.

Mesmo com tais dificuldades, no contexto urbano, Caracaraí teve modificações relevantes no decorrer de sua história, tanto em aspectos físicos, como também na prestação de serviços à população. Esse fato não é nada fora do normal, tendo em vista ser uma tendência comum os espaços se expandirem e se modificarem, devido às relações humanas presentes neles.

Diante de todas essas informações, ressalta-se a necessidade de discutir sobre as pequenas cidades da Amazônia, pois estas representam importância significativa no urbano do país; e da mesma forma, os pequenos núcleos da Amazônia Setentrional também necessitam de destaque; nesse contexto, estão as pequenas cidades de Roraima, que merecem o reconhecimento por parte de teóricos e estudiosos da Geografia Urbana.

Discutir as pequenas cidades permite conhecer melhor suas realidades, identificando suas dificuldades, o que por sua vez, possibilita a busca de soluções adequadas aos problemas e que podem beneficiar sua população.

Parafrazeando o Professor José Aldemir de Oliveira, “compreender a Amazônia a partir das pequenas cidades é muito mais do que analisar a forma das cidades, significa compreender a vida das pessoas simples, de onde brotam dimensões de espacialidades que quase sempre são desconsideradas, pois estão eivadas por coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade, pela frequência do estar sempre por aí. Neste sentido, para além das formas das cidades, há homens e mulheres para os quais a história e a geografia das cidades amazônicas são feitas e não esperadas. Há outro jeito de fazer e outro modo de esperar. Há outros tempos-espacos mediados por outra ordem, outra razão e outros sentimentos”.

Referências

BRITO, F.; SOUZA, J. *Expansão urbana nas grandes metrópoles: o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza*. São Paulo em Perspectiva, São Paulo. v. 19, n. 4, out./dez, p. 48-63, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n4/v19n4a03.pdf>>. Acesso em: 24 fev.2015.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>>. Acesso em: 11 de jun. de 2016.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana- uma nota sobre as pequenas cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro- RJ, ano IV, nº 6, jan. /jun./ 43-53, 1999. Disponível em:<http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_5_correa.pdf>. Acesso em: 11 jun.2016.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

FERNANDES, P. H. C.; ENDLICH, A. M. Sentimento de insegurança urbana nas pequenas cidades brasileiras. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, - Costa Rica II Semestre, pp. 1-15, 2011. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/037.pdf>>. Acesso em: 11 jun.2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *História e fatos cidade de Caracarái-2016*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/caracarai/panorama>>. Acesso em 20 mai.2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem Populacional*. 2010. Arquivos fornecidos pelo Escritório do IBGE em Boa Vista, RR.

MOREIRA JUNIOR, O. *As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas-SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço*. 2014. Tese de doutorado. Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro-SP. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123288>>. Acesso em: 27 abr.2017.

OLIVEIRA, J. A. de. A. cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *AMAZÔNIA /ARTIGOS. Cienc. Cult.* São Paulo. vol. 58 no.3 July/Sept. p. 27-29, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-

67252006000300013>. Acesso em: 30 maio 2017.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Estado de Roraima. *Informações Socioeconômicas do Município de Caracarái-RR*. 2010. Disponível em: <http://www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/dados_municipios/Caracarái.pdf> Acesso em: 26 jun.2013.

SILVA, P. R. F. *Dinâmica territorial urbana em Roraima – Brasil*, 2007. Tese de Doutorado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo- SP.

SOUZA, G. S. O. *A história da formação territorial de Caracarái (1904 à 2013)*. 2017. Monografia. Curso de Licenciatura em História. Universidade Estadual de Roraima. Campus Caracarái/RR.

TREVISAN, R. Cidades plantadas na floresta Amazônica: ações estatais para ocupação e urbanização do centro-norte brasileiro. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa RicanII Semestre, pp. 1-18, 2011. Disponível em: <www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/download/.../2105>. Acesso em: 07 ago.2013.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista IEB*. São Paulo-SP, n 50 set./mar. p. 13-138, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34662>>. Acesso em: 26ago.2017.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. da. Uma floresta urbanizada? legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. *Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2117/1883>>. Acesso em: 26 ago.2017.

VERAS, A. T. de R. Programa “Educação socioambiental em áreas urbanas do estado De Roraima”. 2013. *Projeto: Dinâmica Territorial Urbana de Caracarái-RR*. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Roraima. Boa Vista/RR.